



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO BRA/18/G31 – CADEIAS PRODUTIVAS DE FITOTERÁPICOS

1. LOCAL E DATA

Data e horário:

20/02/2019, das 9h00 às 18h00.

Local:

Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Sala CT- 01, 1º andar
SEPN 505, Bloco B – Asa Norte – Brasília/DF

2. PARTICIPANTES

Participaram da reunião os seguintes representantes:

Fabício Santos – DPG/SBio/MMA

Maira Smith – DCGen/SBio/MMA

Maranda Rego de Almeida – DCGen/SBio/MMA

Ana Luiza Arraes de Alencar Assis - Analista Ambiental - DPG/SBio/MMA

Thais R. Guilandi - MMA

Vincenzo Lauriola – COBEC/CGBI/MCTIC

Ligia Moreira - FUNAI

Simone Vieria de Campos – CGGAM/ FUNAI

Marília Amaral – CGPDS/ FUNAI

Martinho Alves de Andrade Júnior – CGPC/ FUNAI

Nurit Bensusan - ISA

Natália Brayner – IPHAN

Marina Lacerda - IPHAN

Alberto França Dias – Cons. Terena/APIB/CNPI/CGEN

Carlos Alberto Santos – CONFREM/CNPCT

Cláudia de Pinho – CNPCT/CGEN

Cristiane Gomes Julião – APOINME/APIB/CNPI/CGEN

Elizete Maria da Silva - CANDROF

Marciano Toledo da Silva – COS/CGEN

Maria Rosalina dos Santos - CONAQ/CGF

Lucely Moraes Pio – Articulação Pacari

Teolide Parezotto Turcatel – Yanten – Agricultura Familiar

Maria Verônica de Santana – MMTR/NE

Rubem Sales – ARA/CNPCT

Luana Lopes – Oficial de Programa/PNUD



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

Renatha Calazans – Gerente de Projetos/PNUD

Roberta Luccas – Assistente de Projetos/PNUD

3. TEMAS TRATADOS

A reunião teve por objetivo apresentar o Projeto Cadeias Produtivas de Fitoterápicos, colher análises e orientações relevantes para o projeto com o olhar e as especificidades dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs).

Maira Smith, Coordenadora-Geral do Departamento de Apoio ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (DCGEN), abriu o evento e contextualizou os participantes sobre o Sistema de Acesso e Repartição de Benefícios (ARB), em conformidade com a Lei 13.123/2015, e sobre as ações do DCGEN e do Departamento de Patrimônio Genético (DPG), vinculados à Secretaria de Biodiversidade (SBio), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em seguida, Maranda Almeida, Analista Ambiental, do MMA, apresentou o contexto histórico brasileiro que antecedeu e fundamentou a elaboração do Projeto GEF Cadeias de Fitoterápicos.

A senhora Teolide Turcatel, do Centro Popular de Saúde Yanten, trouxe aos presentes, as experiências de sua instituição relacionadas ao uso tradicional de plantas medicinais e fitoterápicos e colocou como grandes desafios articular saberes e práticas populares tradicionais, qualificar profissionais e viabilizar a cadeia produtiva de plantas medicinais, dentre outros. A senhora Teolide enfatizou a importância de se conhecer a realidade in-loco para uma implementação mais efetiva do Projeto.

Em seguimento, a senhora Lucely Pio, da Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado, compartilhou a experiência das raizeiras do Cerrado. A Articulação reúne 47 farmácias tradicionais e organizações comunitárias para cultivar plantas medicinais e preservar o conhecimento tradicional. O Projeto atua em cinco estados brasileiros e busca resgatar a cultura local que vem se perdendo ao longo dos anos nas comunidades.

Na segunda etapa da reunião, Ana Luiza Assis, Analista Ambiental, do MMA, e Luana Lopes, Oficial de Programa do PNUD, apresentaram, em linhas gerais, o documento de Projeto GEF Cadeias Produtivas de Fitoterápicos - BRA/18/G31, enfatizando o histórico da proposição, o objetivo geral e a estrutura lógica do Projeto (Resultados e Produtos), orçamento e Arranjos de Implementação do Projeto.

No que concerne aos Arranjos de Implementação, Ana Luiza e Luana apresentaram a Estrutura Organizacional proposta para o Projeto, a qual é integrada por:



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

- Comitê Gestor do Projeto, composto pelo PNUD, ABC e MMA – parceiro líder do Governo, responsável pela coordenação técnica do Projeto. Ao Comitê Gestor caberá oferecer orientação e instruções gerais ao Projeto; tomar as decisões de gestão executiva do projeto, como a aprovação do Plano do Trabalho Anual e Revisões do Projeto; monitorar o seu progresso; avaliar riscos e recomendar medidas de prevenção e mitigação de riscos, assim como oferecer instruções e recomendações para garantir que os produtos acordados sejam produzidos satisfatoriamente, conforme o planejado.
- Comitê Consultivo do Projeto, o qual será presidido pelo MMA e composto por representantes dos seguintes membros: MS, ME, MDR, MCTIC, MAPA ANVISA e PNUD. A principal atribuição do CCP será a de assegurar o alinhamento do Projeto às políticas e programas nacionais relevantes, verificar se as atividades do projeto conduzem aos resultados necessários, definidos no Documento de Projeto, assim como, buscar facilitar a coordenação interministerial e assegurar a complementaridade das ações entre os cofinanciadores e partes interessadas;
- Comissão Consultiva dos PIPCTAFs, também presidida pelo MMA e composta por representantes das organizações dos PIPCTAFs da Câmara Setorial de Detentores de Conhecimento Tradicional Associado (CSDCTA) do CGen e outros fóruns de PIPCTAFs relevantes para o Projeto. A CCPIPCTAF fornecerá insumos para a implementação das atividades, assegurando o alinhamento do Projeto a outras políticas relevantes relativas aos PIPCTAFs (industrial, social, de conservação, educação) e às cadeias de valor fitoterápico relevantes. A CCPIPCTAF dará suporte técnico, em base de consulta, a todas as atividades relevantes do projeto.

Quanto ao papel dos Comitês, definidos no Arranjo de Implementação do Projeto e acima descritos, os membros da Comissão apresentaram alguns questionamentos e preocupações, conforme a seguir:

O senhor Marciano Silva questionou sobre o papel da ABC no Comitê Gestor e sobre possíveis impactos em virtude da transição do Governo. Luana Lopes, do PNUD, explicou que todo Projeto de Cooperação Técnica é acompanhado pela Agência Brasileira de Cooperação; que não houve até o momento nenhuma mudança que impactasse o andamento dos Projetos e a atribuição do Comitê Gestor é assegurar o alcance dos resultados do Projeto e evitar que problemas externos ou internos – relacionados a qualquer um dos membros – paralise a implementação do Projeto.

A senhora Claudia Pinho, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), apresentou preocupações quanto ao peso de decisão existente entre os Comitê Gestor, o Comitê Consultivo e a Comissão Consultiva de PIPCTAFs e questionou sobre a possibilidade de reformulação do Comitê Gestor para que participantes da Comissão Consultiva de PIPCTAFs pudessem participar do Comitê Gestor, considerando que a participação da Comissão ficará restrita e gostariam que a participação da Comissão fosse mais ativa e que pudessem ter voz própria nos processos deliberativos do Projeto.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

Em complementação, a senhora Nurit Bensusan, do Instituto Socioambiental (ISA), solicitou esclarecimentos sobre como as duas instâncias consultivas do Projeto – Comitê Consultivo e Comissão Consultiva de PIPCTAFs – afetarão as decisões tomadas no âmbito do Projeto e qual será o peso das contribuições de cada um deles, considerando que o Comitê Consultivo do Projeto, formado por Órgãos Governamentais, participam no Projeto com recursos de contrapartida. Nurit reiterou que a existência da Comissão Consultiva de PIPCTAFs não deve funcionar apenas como uma instância legitimadora.

Ana Luiza esclareceu que, em geral, os Projetos só possuem um comitê em sua estrutura organizacional e que o MMA, por entender serem as contribuições dos povos e comunidades tradicionais de vital importância tanto para a implementação do projeto, quanto para a implementação de qualquer política a eles relacionada, solicitou a inclusão de outro comitê na Estrutura. Desta forma, o objetivo da criação da Comissão Consultiva na Estrutura Organizacional do Projeto é promover o diálogo com as Comunidades e colher os insumos para incorporação ao projeto. Inicialmente, decidiu-se por fazer as reuniões dos comitês consultivos separadas, mas deixou aberto para caso a Comissão entenda ser melhor fazer as reuniões conjuntamente.

O senhor Carlos Alberto Santos, da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), acrescentou que considera que o Projeto tem objetivos bastante ambiciosos, mas registrou que se o principal ator desse projeto se sente pouco empoderado no processo de governança do Projeto, isso pode comprometer o alcance dos seus resultados e o seu sucesso lá na frente. Apontou, ainda, que se trata de recurso GEF com conhecimento tradicional associado e que há salvaguardas estabelecidas para a liberação desses recursos, as quais o PNUD – como Agência Implementadora do GEF – deve cumprir, e solicitou que o PNUD e o MMA considerem como as sugestões colocadas podem ser acolhidas, vislumbrando a possibilidade de corrigir e reestruturar as instâncias de governança do Projeto.

Luana salientou que as solicitações e os apontamentos feitos pelos membros da Comissão serão registradas e apresentadas à equipe do Escritório Regional do PNUD que é responsável pela interlocução com o GEF, mas ponderou que o desenho do Projeto atende a estruturas padrão já colocadas pelo próprio Doador. Pontuou, ainda, que o Comitê Gestor do Projeto é uma instância de deliberação e decisão e que quem delibera é também quem responde frente ao Doador, tanto pelo alcance dos resultados, quanto pela prestação de contas dos recursos, portanto, entende não haver tanta autonomia para alterações na composição do referido Comitê, mas registrou que dará um posicionamento na próxima reunião.

Luana reiterou, ainda, que os Comitês Consultivos foram criados por solicitação do MMA, por entender a necessidade das decisões do Comitê Gestor serem pautadas nas necessidades e na “voz” dos principais atores desse Projeto, assim como, na necessidade de criação de uma maior sinergia entre os entes governamentais e obtenção de contribuições por parte de outros Órgãos brasileiros, de forma a assegurar um maior alinhamento



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

das ações no âmbito das Políticas Públicas.

Luana reafirmou que os Comitês foram pensados à época para atuarem separadamente, mas caso haja o entendimento de que esse não é o melhor arranjo, fica aberto para se pensar outras alternativas que melhor reflitam as necessidades do Projeto.

A senhora Maira Smith reconheceu a dificuldade do Estado brasileiro em fazer Projetos e Políticas de forma participativa e registrou o interesse tanto do MMA quanto do PNUD em remediar essa situação, buscando o envolvimento dos membros dos PIPCTAFs, ao longo da implementação do Projeto.

No que concerne ao questionamento da Sra. Nurit, sobre as contrapartidas, Luana esclareceu que não se tratam de recursos financeiros aportados ao Projeto pelos demais órgãos parceiros constitutivos do Comitê Consultivo (CCP), mas se tratam de horas técnicas de servidores e recursos de outras iniciativas em andamento no Governo que convergem com essa temática, em atendimento à exigência do Doador para a liberação do recurso e aprovação do Projeto. Portanto, o cofinanciamento tem como objetivo demonstrar o envolvimento do Governo com essa pauta e que os recursos de doação recebidos apoiarão políticas e outras iniciativas que já estão sendo implementadas no país. Desta forma, não há uma relação direta entre o valor aportado de cofinanciamento e o peso de decisão no âmbito do Projeto. A instância de decisão, conforme informado, está alicerçada no Ministério do Meio Ambiente.

Ana Luiza deu continuidade à apresentação dos Resultados do Projeto e, em sequência, solicitou-se aos membros que registrassem suas sugestões e apontamentos para que essas contribuições possam ser analisadas e incorporadas à estratégia de implementação do Projeto. O registro das contribuições foi feito em tarjetas, de acordo com cada Resultado do Projeto.

A Sra. Claudia Pinho, representante da Câmara Setorial de Detentores do CGen, atualizou brevemente os participantes sobre as ações que têm sido desenvolvidas e os principais desafios para a Câmara Setorial. Após a sua apresentação, a reunião foi encerrada.

ENCAMINHAMENTOS

As sugestões e os apontamentos feitos pelos membros da Comissão Consultiva dos PIPCTAFs foram sistematizados e encontram-se no documento anexo. As contribuições serão analisadas para que seja definida a melhor forma de acolhê-las e incorporá-las à estratégia de implementação do Projeto, de forma a assegurar um maior alinhamento das ações do Projeto Cadeias Produtivas de Fitoterápicos à realidade dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs).

Esta ata foi preparada pela Assistente de Projetos, Roberta Luccas.

Revisada por Renatha Calazans, Gerente de Projetos do PNUD.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

Anexos:

- Programação da Reunião;
- Lista de presença, devidamente assinada;
- Documento contendo a sistematização das contribuições dos membros da Comissão Consultiva dos PIPCTAFs ao Projeto BRA/18/G31.

GERAIS	Componente 1	Componente 2	Componente 3	Componente 4
	CADEIAS DE VALOR NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	REGULAMENTOS SIMPLIFICADOS	GESTÃO DO CONHECIMENTO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Apoiar as reuniões dos representantes e dos PIPTAFS no CGEN e FNRB para capacitações e deliberações sobre temas do projeto	Criar o "selo plantas medicinais produzidas por PIPTAFS" a partir do cadastro nacional que irá mapear onde tem e quais são os povos que cultivam quintais produtivos, viveiros de mudas, herbários, manutenção da fauna..., independente do segmento.	Criar e fomentar a rede de juventude e biodiversidade (para criação de pontos focais por bioma para que esses grupos sejam multiplicadores, formadores e pesquisadores no âmbito do observatório sobre saberes tradicionais)	Salvaguarda das normativas costumeiras utilizadas pelas organizações sociais (Ex: Articulação Nacional de Agoecologia -ANA)	Promover oficinas de formação sobre protocolos comunitários
Expandir a lista de plantas nativas com informações com as comunidades tradicionais	Revisar os critérios de análise de viabilidade para quem?	Levantamento dos PIPTAFS acadêmicos envolvidos com a temática da biodiversidade	Promoção da adequação das normativas oficiais de certificação	
Glossário técnico do projeto (jurídicos e do conhecimento tradicional)	Fortalecer as ações já existentes (arranjos produtivos locais e FVCT - o que é isto?)	SIBBR (apoio à formação de pesquisadores de PIPTAFS na temática de biodiversidade e fitoterapia)	Promover reuniões de formação técnica jurídica para os membros do Comitê Consultivo, com uma formação continuada	
Quais salvaguardas estão sendo respeitadas? (inserir no projeto)	Consulta às organizações e atores estatais sobre gargalos da produção	Interfaces com Ciência e Tecnologia e Inovação em Biodiversidade (Ex: PPBio e Núcleos regionais)	Avaliar se os produtos fitoterápicos existentes estão em conformidade com as regras sobre a legislação atual de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios - ABS	
Elaborar estratégias para fortalecer as Práticas Integrativas e Complementares no SUS	Garantir que o conhecimento dos remédios caseiros seja respeitado e transmitido.	Realizar estudos para permitir prescrição médica		
Olhar através do interesse de solucionar problemas de saúde, doença e mal através de fitoterápicos	Desenvolver novos critérios de concepção de arranjos produtivos locais com as organizações sociais locais representativas de PIPTAFS	Revisão das mudanças das normativas técnicas que impedem a produção de fitoterápicos por organizações sociais		
Mapear os Raizeiros (as) dos biomas como guardiões de saberes				
Criar observatório sobre saberes tradicionais				
O plano operacional do projeto deve ser formulado com os protagonistas durante o primeiro ano do projeto				
Realizar oficina com PIPTAFS do CGEN e FNRB para trazer contribuições ao projeto				
Estrutura organizacional: incluir representação no conselho gestor do Comitê de PIPTAFS				
Ter uma Agenda de Trabalho				

LISTA DE PRESENÇA

Data: 20/02/2019 Horário: 9h00 Local: C401 Ministério do Meio Ambiente - 505N

PAUTA: Comitê Consultivo do Projeto Interacional GEF Fitoterápicos

NOME	INSTITUIÇÃO	Telefone	Celular	E-Mail	ASSINATURA
Thais R. Gilardi	MMA	20282584	99867 7034	thais.gilardi@mma.gov.br	Thais Gilardi
Lucio Lopes	PNUD	3038-9183		lucio.lopes@undp.org	Lucio Lopes
Renatha Calazans	PNUD	3038-9106		renatha.calazans@undp.org	Renatha Calazans
Carlos Alberto Pinheiro Souto	CONPren/ONPET	7399949096	32842017	CALWASAPENSA@yaho.com.br	Carlos Alberto Pinheiro Souto
Renata T. SAKES	AZA/CNPCT	98443804	55281159	Renata.T.SAKES@gmail.com	Renata T. SAKES
MARANDA REGO DE ALMEIDA	DCGen/GBio	2028-2182		maranda.almeida@mma.gov.br	Marandaid
Ana Lúcia A. de A Assis	DPG/SBio	2028-2574		ana.assis@mma.gov.br	Ana Lúcia Assis
FABRÍCIO S. SANTOS	DCGEN/SBio/MMA	2028-2182		fabricao.santos@mna.gov.br	Fab
VINCENZO LAURIOLO	COBEC/CGBI/MOTIC	2033 8007	999666767	vincenzo.lauriolo@motic.gov.br	Vincenzo Lauriolo
Maria Smith	DCGen/ SBio / MMA	2028-2566		maria.smith@mna.gov.br	Maria Smith
Claudia de Pinho	ONPET/CGen	65-99635	6824	claudia.pinho@onpet.gov.br	Claudia de Pinho
Christiane Gomes Julião	APOINME/APIB/CNPI/CGen	(87) 98141-6	209 / 1	juliaoapoinme@gmail.com	Christiane Gomes Julião
Alberto Franco Dias	APB/CGen	(067) 9980033		albertofrancis@gmail.com	Alberto Franco Dias
Lucy Moreis Piro	Articulação Paracari	649988-5855	6492908211	lucy.piro@talisco.com.br	Lucy Moreis Piro
Maria Rosalina dos Santos	CONAQ/CGF	89994013923		rosalinaguilonso@gmail.com	Maria Rosalina dos Santos
Teolide Parizotto Turcatel	Yantem - Agricultura Familiar	(45) 99959690		yantem@armit.com.br	Teolide Parizotto Turcatel
MARCIANO TOLEDO DA SILVA	CDS/CGEN	(51) 99469.8123		MARCIAVOTOL @ yahoo.com.br	Marciano Toledo da Silva
Elizete Mª da Silva	Candrol	(21) 998374230	99701702	elizete.ramchog@yahoo.com.br	Elizete Mª da Silva
Lúcia Moreira	FUNAI	981113886		lucia.almeida@funai.gov.br	Lúcia Moreira

nome	instituição	Telefone	email	assimستا
Simone Vieira de Campos	Cgqam- FUNAI	011 976673022	Simone.Campos@funai.gov.br	Simone Campos
Márcia Amaral	COASI/CGPOS Funai	061 32476882	MARILIA.AMARAL@FUNAI.GOV.BR	Marcia Amaral
Nurit Benusson	ISA	061 30355114	nurit@ocioambiental.org	Nurit Benusson
Natalia Bragner	IPHAN	61 20245431	NATALIA.BRAGNER@IPHAN.GOV.BR	Natalia Bragner
Márcia Lacerda	IPHAN	61 20 24 54 25	Marcia.lacerda@iphan.gov.br	Marcia Lacerda
Márcia Serenice de Santena	-MMTR-NE-	81-998398420	serenicade@netmail.com	Marcia Serenice de Santena
Roberta Pereira Luccas	PNUI	(61) 3038-9251	roberta.luccas@undp.org	Roberta Pereira Luccas
MARTINHO AWES DE ANTONIO DE JUNIOR	CGPC/DPDS FUNAI	(61) 32476842	martinho.awesde@funai.gov.br	Martinho Awes de Antonio de Junior